

Ameaça à educação

Quando um país não se assenhoreia das mais modernas inovações tecnológicas e não dedica recursos generosos à educação, é certo que tem dificuldades de cumprir seu destino histórico. Na verdade, torna-se caudatário de outras nações mais desenvolvidas, das quais copia os processos pedagógicos, os rudimentos de todas as ciências e, o mais lamentável, modismos extravagantes e padrões de consumo desproporcionais à própria riqueza interna.

Quando a educação do povo não é erigida em prioridade absoluta, tudo o mais caminha ao acaso, na dependência da boa vontade de administradores mais ou menos criativos, dos quais provêm, por vezes, soluções milagrosas, nem sempre duradouras. Como dever do Estado, assinalado na Constituição, a educação há de ter programas e fontes de financiamento permanentes, não podendo ficar na dependência do talante deste ou daquele administrador mais iluminado; não deve ser objeto de barganhas políticas e eleitorais. Educar é conduzir o cidadão pela vida a fora, do jardim de infância à universidade, com propósitos definidos e firme consciência de que a cada um compete completar-se como ser humano e, um dia, devolver à sociedade as benesses do ensino recebido.

Parece que, no Brasil, a educação está condenada a ser um permanente trabalho de Sísifo, com a gigantesca pedra sempre rolando montanha abaixo, tão logo o herói consegue levá-la ao cimo. Felizmente, há homens públicos que não desanimam diante dos obstáculos e praticamente votam suas energias diárias à melhoria e disseminação dos padrões elevados da educação. Entre esses incansáveis brasileiros inscreve-se, com seus méritos sempre reconhecidos, o senador João Calmon (PMDB-ES), há mais de 40 anos um campeão das causas educacionais, especialidade em que se destacou depois de profícua e movimentada

carreira no jornalismo e na administração de veículos de comunicação.

João Calmon, com a autoridade que os anos de luta lhe conferem, alerta a Nação para três ameaças à educação, decorrentes do plano de estabilização econômica do Governo. São elas: a redução dos recursos vinculados à receita de impostos para a manutenção do ensino; o fim do artigo que determina essa vinculação; e, enfim o desaparecimento do salário-educação.

É evidente, preceitua o senador Calmon, que o plano de estabilização trará grandes prejuízos à educação, pois reduz os recursos vinculados à receita de impostos sobre a manutenção do desenvolvimento do ensino, ao retirar parte dessa receita para o Fundo de Emergência. Os efeitos — alerta Calmon — serão sentidos quer na área federal, quer nas esferas de estados e municípios.

Em relação ao fim da vinculação de recursos para o ensino, adverte o senador Calmon de que o efeito será o de enfraquecer ainda mais a posição do setor educacional nos orçamentos públicos. Finalmente, a pretendida extinção do salário-educação prejudicará o setor mais vulnerável aos cortes orçamentários que é o ensino fundamental.

Autoridades que gostam de citar os índices de desenvolvimento econômico e social dos Estados Unidos, França, Alemanha e Japão bem que poderiam dedicar-se a um salutar exercício de informação. Este consiste em saber o total de verbas públicas investidas em educação pelos governos daqueles países e analisar os programas prioritários selecionados para execução em anos e, às vezes, em décadas.

Não se obtém o desenvolvimento econômico a partir do nada. A educação, tratada com respeito por estadistas competentes, é uma indispensável alavanca do progresso.